

SÍNODO DA AMAZÔNIA

O EVENTO E SEUS RESULTADOS

Agenor Brighenti

1. Um sínodo vivido na sinodalidade

- “*O tempo é superior ao espaço*” (EG 236). O Sínodo da Amazônia inova em relação aos anteriores pelo seu *caráter processual* e por envolver mais e melhor as Igrejas Locais.

Sinodal em sua preparação

- O Sínodo foi preparado sinodalmente, com ampla participação dos povos da Amazônia. A fase de escuta envolveu diretamente 87 mil pessoas, de 120 povos distintos, em 280 eventos levados a cabo no seio das Igrejas Locais dos nove países da região. Os participantes da região amazônica chegaram a Roma sabendo o que queriam dizer e sugerir ao Papa.

Sinodal em sua realização

- Estiveram presentes em Roma, além dos 186 padres sinodais, mais de uma centena de pessoas, em especial *indígenas e mulheres*, em uma harmônica sinfonia de Igrejas e povos preocupados com o evangelho da vida e o cuidado da “Casa Comum”.

- No plenário, *todos ouviram a todos* e nos Círculos Menores, se pôde aprofundar as questões levantadas no plenário, apresentando “contribuições” para uma primeira redação do documento conclusivo. Em seguida, o texto voltou a ser discutido e emendado através de *modos* nos Círculos Menores, em vista de uma segunda redação, submetida à votação na última Congregação Geral.

- A primeira redação do documento saiu com muitos limites; de volta aos Círculos Menores, recebeu 831 *modos* a serem integrados na segunda redação. Apenas um terço deles foi integrado. Optou-se por uma redação mais *consensual do conjunto da assembleia*, tanto que o Documento teve a aprovação unânime dos padres sinodais e *não fecha nenhuma porta* tocada pelas Igrejas e povos da região amazônica. Mas, outras ficaram apenas entreabertas, deixando todo o ônus de abri-las sobre os ombros da Papa Francisco.

A necessidade de um transbordamento

- A prudência diante da urgência de avançar se deve, sobretudo, ao *medo de inovar*, quando o Sínodo se propunha a discernir e propor “*novos caminhos* para a Igreja e para uma ecologia integral”. Consciente disso, o Papa Francisco em um determinado momento dos trabalhos, falou da necessidade de um “*transbordamento*” (desborde), de soluções “englobantes”, abrangentes, não de simples “remendos”. Mas, era muito pedir para determinados colaboradores de sua casa, apegados a uma tradição concebida mais como preservação do passado do que *projeção para o futuro* frente aos desafios do presente.

- Contribuíram para um “transbordamento” duas iniciativas: a “*Casa Comum*” na Igreja da Transpontina, com atividades permanentes abertas ao público, durante todo o período do Sínodo; e o “*Pacto das Catacumbas pela Casa Comum. Por uma Igreja com rosto amazônico, pobre e servidora, profética e samaritana*”, assinado por mais de duas centenas de pessoas na Catacumba de Santa Domitila.

2. Um Sínodo que auscultou o Espírito no clamor do povo

- Uma marca do Sínodo da Amazônia foi a presença de bom número de *indígenas*, muitos deles e delas vestidos a caráter. Como disse um indígena: “Papa Francisco, gracias a Usted, los emplumados están en su casa y nos sentimos acogidos en su corazón”.

Em processo, um novo perfil de sínodo

- A pluralidade de participantes era a expressão de *um novo perfil de Sínodo*, definido recentemente pela nova Constituição Apostólica *Episcopalis communio* (18/09/2018): “um canal proporcionado mais à evangelização do mundo atual que à autopreservação” (n. 1). Passou a ser um organismo intimamente ligado ao *sensus fidei* de todo o Povo de Deus, no seio do qual o bispo, além de mestre se torna também “discípulo, quando sabendo que o Espírito é concedido a cada batizado, se coloca à escuta da voz de Cristo que fala através de todo o Povo de Deus, tornando-o infalível *in credendo*” (n. 5).

- Daí, para o Papa Francisco, a necessidade de o Sínodo ser menos de bispos e “cada vez mais um instrumento privilegiado de escuta do Povo de Deus”, integrado também por “pessoas que não detêm o múnus episcopal” (n. 6). Mas permanece pendente: ser organismo mais deliberativo que consultivo (já se publica o documento final da assembleia e o resultado da votação de cada parágrafo); o direito de voto às mulheres, já permitido, por exemplo, aos superiores maiores das Congregações Religiosas masculinas, mas não às femininas.

Quando o Espírito vem pela contramão

- A Cúria romana digere com muita dificuldade esta abertura. Parecia pedir-lhe demais se colocar no mesmo patamar de um bispo da floresta amazônica, outrora vistos “*pouco mais que índios mitrados*”. Numa das Congregações Gerais, o Papa Francisco se disse ofendido por comentários de gente de casa, ridicularizando a presença numa procissão de ofertas, de indígenas portando seus adornos. Perguntou: “qual a diferença entre o cocar de um indígena e o tricórnio que usam alguns oficiais de nossos dicastérios?”

- Um cardeal da Cúria não hesitou em dizer que a Igreja na Amazônia havia chegado ao Sínodo com decisões tomadas e atribuindo-as ao Espírito Santo. Não haveria em seu juízo uma falta de abertura para acolher o novo, que muitas vezes vem na contramão de rumos que atribuímos a Deus?

Quando a periferia chega ao centro

- O Sínodo da Amazônia, por ser da periferia, por ter sido preparado e realizado sinodalmente, por ter dado voz em especial aos povos indígenas e às mulheres, por fazer da defesa e cuidado da ecologia uma agenda pastoral, *incomodou a muitos, de fora e de dentro da Igreja*.

- De fora da Igreja, manifestaram-se elites defensoras de “uma economia que mata”, taxando a preocupação com a Casa Comum de romantismo ecológico, empecilho ao desenvolvimento ou mesmo de prestar-se a iniciativas de internacionalização da região amazônica.

- De dentro da Igreja, levantaram-se segmentos tradicionalistas ciosos da ortodoxia, do zelo pela pureza da fé, da preservação da tradição, na contramão da renovação do Vaticano II. Na última Congregação Geral, o Papa Francisco, referindo-se a estas “elites” católicas e pouco cristãs, citou Charles Peguy: “*Porque eles não têm a coragem de estar com o mundo, acreditam estar com Deus; porque não têm a coragem de comprometer-se com as grandes causas da humanidade, acreditam lutar por Deus; porque não amam ninguém, se creem amados por Deus*”.

3. Da escuta à conversão integral (Cap. I)

- A escuta dos povos da região teve como objetivo discernir das interpelações do Espírito, que chegam *pelo clamor do povo da Amazônia*. Como o Espírito “faz novas todas as coisas”, seu apelo é por uma “conversão integral”, que abarca tudo e a todos. O Papa, na

abertura dos trabalhos, falou que o Sínodo abrangia quatro dimensões: a dimensão pastoral, a dimensão cultural, a dimensão ecológica e a dimensão sinodal.

- O Documento Final fez das quatro dimensões a exigência de quatro conversões: a conversão pastoral, a conversão cultural, a conversão ecológica e a conversão sinodal, que juntas clamam por uma conversão integral.

- Uma “conversão integral” acena para uma Amazônia, muito mais do que uma região ou um bioma; *é um sujeito social e eclesial* que, na atualidade, brada aos céus e interpela toda a humanidade. Povos *indígenas e natureza* constituem dois “paradigmas” a serem levados em conta tanto na evangelização como em toda e qualquer iniciativa privada ou pública. Ambos levantam a questão do “outro”, seja ele do ponto de vista *étnico*, seja do ponto de vista *ecológico*. Do ponto de vista étnico, está o direito à identidade cultural e religiosa. Do ponto de vista ecológico, a crise atual faz irromper a questão do *planeta como sujeito de direitos*, diante de uma economia de rapinagem, irresponsável para com as gerações futuras.

A ecologia como paradigma na evangelização

- Olhada com olhos de respeito e apreço pela alteridade, a Amazônia irrompe como “vida inserida, ligada e integrada ao território, como espaço físico, vital e nutricional, possibilidade, sustento e limite da vida” (n. 6). É “uma realidade pluriétnica e pluricultural”, historicamente cenário de “encontros e desencontros” (n. 8), o que não impediu que os povos indígenas buscassem “a vida em abundância” em um modelo de vida, denominado “bom viver”. Trata-se de “viver em harmonia consigo mesmo, com a natureza, com os seres humanos e com o ser supremo” [...], “onde não há exclusão nem excluídos, e onde podemos forjar um projeto de vida plena para todos”, expressão da “realização plena das Bem-aventuranças” (n. 9).

- Entretanto, a mesma Amazônia, quando olhada com responsabilidade e compaixão, é também “uma beleza ferida e desfigurada, um lugar de dor e violência” (n. 11). Assumir a ecologia como paradigma implica uma conversão que *integre o cuidado da Casa Comum na missão evangelizadora da Igreja*, exigindo uma pastoral da ecologia que anime e dinamize o compromisso cristão com a salvação do planeta, berço da vida humana e seus ecossistemas.

Os indígenas como paradigma na evangelização

- O “clamor do território e do grito dos povos” na Amazônia expressam a necessidade de *superar todo resquício de mentalidades e práticas colonizadoras*: “a colonização militar, política e cultural”, “marcada pela ganância e ambição dos colonizadores”, foram “abusos que causaram feridas nas comunidades e obscureceram a mensagem da Boa Nova”. É hora, pois, da Igreja “se diferenciar das novas potências colonizadoras, escutando os povos amazônicos para exercer com transparência sua atividade profética” (n. 15). Referencial importante para a mudança de paradigma na evangelização são os mártires da Amazônia, que escreveram “uma das páginas mais gloriosas” da Igreja na região (n. 16).

- Assumir os povos indígenas como paradigma implica a *defender a identidade* cultural dos povos nativos e a *aprender deles e com eles* como viver as bem-aventuranças de uma relação harmoniosa das criaturas com a Criação e o Criador, em uma sobriedade feliz – o “bem viver”.

4. Novos caminhos de conversão pastoral. Uma igreja em saída e com rosto amazônico (Cap. II)

- Uma “conversão pastoral” é necessária para “uma Igreja em saída missionária” e “com rosto amazônico”, o que implica uma evangelização inculturada.

Sair ao encontro dos diferentes em uma atitude de diálogo

- Na evangelização não há destinatários, mas *interlocutores*. O “outro” é um “deferente”, a ser acolhido e respeitado em sua autonomia. Na Amazônia, os “diferentes” são:

- a) *povos*: indígenas, ribeirinhos, camponeses e afrodescendentes (quilombolas) (n. 23), com suas culturas, o que implica uma evangelização inculturada e intercultural;
- b) *Igrejas*: por isso a exigência do ecumenismo - “as relações entre católicos e pentecostais, carismáticos e evangélicos não são fáceis”, sobretudo diante de propostas religiosas “emocionalistas e tranquilizadoras”; adesão de católicos a estas comunidades, para além das tensões geradas, entretanto, “pode ser ocasião para uma autorreflexão e renovação pastoral”; o proselitismo não é cristão e nem método de evangelização (n. 24).
- c) *religiões e culturas*: por isso, a evangelização implica um diálogo inter-religioso e intercultural (n. 23) - o diálogo é o único meio evangélico para “propor” e não “impor” a Boa Nova do Reino de Deus. E para acolher o outro, no respeito à sua diferença, só uma Igreja samaritana, misericordiosa, solidária será capaz de escutar e aprender com os diferentes (n. 22).
- d) *religiões indígenas e os cultos afrodescendentes*: “essas tradições merecem ser conhecidas, compreendidas em suas próprias expressões e em sua relação com a floresta e a mãe terra”; o diálogo sincero e respeitoso é a ponte para a construção do Reino de Deus, que tem no “bem viver” dos povos indígenas um horizonte convergente (n. 25).

Uma Igreja com rosto amazônico

- Uma Igreja que acolhe e respeita as diferenças étnicas, culturais e religiosas e que, além disso, se encarna em diferentes povos, implica uma Igreja com diversidade de rostos. Daí a necessidade e a legitimidade de uma Igreja com rosto amazônico, o rosto de seus povos, em especial uma Igreja com *rosto indígena, ribeirinho e afrodescendente* (n. 28).

- Além de indígena, a Igreja na Amazônia tem também: *um rosto migrante*, oriundos do “deslocamento forçado de famílias indígenas, camponesas, afrodescendentes e ribeirinhas, expulsas de seus territórios, por pressão ou asfixia por falta de oportunidades (n. 29); um rosto de *jovens* “indígenas, afrodescendentes, ribeirinhos, extrativistas, migrantes, refugiados”, entre outros, exigindo “o fortalecimento de espaços criativos, inovadores e diferenciados de evangelização aos jovens” (n. 32).

As comunidades eclesiais de base como rosto da Igreja na Amazônia

- Até pela falta da Eucaristia e de presbíteros, normalmente, a Igreja na Amazônia vive e celebra sua fé em comunidades eclesiais, animadas e coordenadas por leigos, em especial por mulheres - “as comunidades eclesiais de base foram e são um dom de Deus às Igrejas locais da Amazônia. Elas precisam também “estar presente nos espaços de participação nas políticas públicas, onde se articulam ações para revitalizar a cultura, a convivência, o lazer e a festa” (n. 36).

- Para irem “tecendo e construindo comunidades ao longo do caminho” e ajudando “a fortalecer a sinodalidade eclesial, é importante a criação de “equipes missionárias itinerantes”. Estas equipes poderiam reunir vários carismas, instituições e congregações, leigos, religiosos e religiosas, presbíteros”, constituindo uma “rede itinerante que reúna os diversos esforços das equipes que acompanham e dinamizam a vida e a fé das comunidades da Amazônia” (n. 39).

5. Novos caminhos de conversão cultural. Uma Igreja autóctone e aliada dos povos indígenas (Cap. III)

- O Capítulo III começa reconhecendo que a Amazônia possui “uma grande diversidade cultural”, o que implica uma evangelização respeitosa e acolhedora do outro, capaz de aprender dele - “respeitar e reconhecer seus valores, viver e praticar a inculturação e a interculturalidade no anúncio da Boa Nova” (n. 41); “ter um olhar que inclua a todos, identidades a serem reconhecidas, respeitadas e promovidas tanto na Igreja quanto na sociedade”; “só uma Igreja missionária, inserida e inculturada, fará emergir Igrejas particulares autóctones, com rosto e coração amazônicos, enraizadas nas culturas e tradições próprias dos povos” (n. 42).

Uma Igreja aliada dos povos indígenas

- Os povos da Amazônia *têm muito a nos ensinar* (n. 43). Diferente do pensamento ocidental que na compreensão da realidade tende a fragmentar-se, “o pensamento dos povos indígenas oferece uma *visão integradora da realidade*, capaz de compreender as múltiplas conexões existentes entre tudo o que foi criado” (n. 44).

- Entretanto, “a cobiça por suas terras está na raiz dos conflitos que levam ao etnocídio, bem como ao assassinato e à criminalização dos movimentos sociais e de suas lideranças”; “boa parte dos territórios indígenas está desprotegida e os já demarcados estão sendo invadidos”. Frente a esta realidade, “a demarcação e proteção da terra é uma obrigação dos Estados nacionais e de seus respectivos governos” (n. 45).

- A Igreja quer “ser aliada dos povos amazônicos” (n. 46), “defender os direitos à autodeterminação e a demarcação de territórios”. Para a Igreja, “a defesa da vida, da comunidade, da terra e dos direitos dos povos indígenas é um princípio evangélico” (n. 47). *Isso não extrapola a missão da Igreja*, ao contrário, “a salvação integral da pessoa humana”, implica “valorizar a cultura dos povos indígenas, falar de suas necessidades vitais, acompanhá-los em suas lutas por seus direitos” (n. 48).

A implementação de Igrejas Locais autóctones

- É preciso “nos aproximarmos dos povos amazônicos de igual para igual, respeitando sua história, suas culturas e seu estilo de *bem viver*” (PF 06.10.19). O colonialismo é a imposição de certos modos de vida de alguns povos sobre outros; *a Igreja “rejeita uma evangelização ao estilo colonial”*; “anunciar a Boa Nova de Jesus implica reconhecer as sementes do Verbo já presentes nas culturas”, gerando “processos de interculturalidade, que promovam a vida da Igreja com identidade e rosto amazônicos” (n. 55). Não se pode confundir evangelização com proselitismo.

- Por isso é importante que “os *centros de pesquisa* e pastoral da Igreja, em aliança com os povos indígenas, estudem, compilem e sistematizem as tradições das etnias amazônicas, para favorecer uma obra educativa que parta de sua identidade e cultura, ajude na promoção e defesa de seus direitos, preserve e dissemine seu valor no cenário cultural latino-americano” (n. 56).

A religiosidade popular e a teologia índia

- A religiosidade popular compõe-se de manifestações com as quais o povo expressa sua fé, através de imagens, símbolos, tradições, ritos e outros sacramentais” (n. 52). É um catolicismo não clericalizado, pois, nestas expressões religiosas, “os leigos assumem um protagonismo inexistente em outras esferas eclesiais” (n. 53).

- Na Amazônia, “a teologia índia, a teologia do rosto amazônico”, é uma “riqueza do

mundo indígena, de sua cultura e espiritualidade”; “o mundo indígena com seus mitos, narrativas, ritos, cantos, danças e expressões espirituais enriquece o encontro intercultural”. Dado que “as culturas não são terreno vazio, desprovido de valores autênticos”, a evangelização “não é um processo de destruição, mas de consolidação e fortalecimento desses valores; uma contribuição para o crescimento das sementes do Verbo” presente nas culturas (n. 54).

6. Novos caminhos de conversão ecológica. A dimensão socioambiental da evangelização (Cap. IV)

- Dada a atual “crise socioambiental sem precedentes”, impõem-se “novos caminhos para uma conversão ecológica”. O bioma amazônico “está ameaçado de desaparecimento, com tremendas consequências para o nosso planeta”. *A única saída* é promover uma ecologia integral, que promova “um modelo de desenvolvimento justo e solidário”, em que temos muito que aprender “de nossos irmãos e irmãs dos povos originários” (n. 65).

Conversão urgente antes que seja tarde demais

- “É urgente enfrentar a exploração ilimitada da casa comum e dos seus habitantes”. Uma das principais causas de destruição na Amazônia “é a atividade extrativa predatória, que responde à lógica da ganância, típica do paradigma tecnocrático dominante” (n. 69).

- “Diante da situação premente do planeta e da Amazônia, a *ecologia integral* não é um caminho entre outros que a Igreja pode eleger para o futuro, mas o *único caminho possível*, pois não há outro caminho viável para salvar a região” (n. 67). A ecologia integral “é um novo paradigma de justiça, pois une o grito da terra com o grito dos pobres” (n. 66). Ecologia e a justiça social estão intrinsecamente unidas” (n. 66).

A dimensão socioambiental da evangelização

- O cuidado com a “Casa Comum” é também missão da Igreja: “Deus nos deu a terra como um dom e como tarefa, para cuidá-la e responder por ela; nós não somos seus donos” (n. 66). A crise ecológica atual atesta que a relação do ser humano com a natureza, de “amigável”, passou para “uma atitude voraz e predatória”. Subjacente está “o paradigma tecnocrático, que tende a dominar a economia e a política” (LS 109) (n. 71) e também “atenta contra a vida dos povos e os bens comuns do planeta, concentrando o poder econômico e político nas mãos de poucos” (n. 72).

- À luz da fé cristã, esta situação constitui “um pecado ecológico, uma ação ou omissão contra Deus, contra o próximo, a comunidade e o meio ambiente. É um pecado contra as gerações futuras”, pois transgrede “os princípios da interdependência” e rompe “as redes de solidariedade entre as criaturas e a virtude da justiça” (n. 82).

- “Os protagonistas do cuidado, proteção e defesa dos direitos dos povos e dos direitos da natureza na região são as próprias comunidades amazônicas”. Elas querem “que a Igreja as acompanhe, caminhe com elas”, mas que “não lhes imponha um modo particular de ser, um modo específico de desenvolvimento, que pouco tem a ver com as suas culturas, tradições e espiritualidades. Elas sabem como cuidar da Amazônia, como amá-la e protegê-la” (n. 74).

- Os povos amazônicos são portadores de uma profunda “sabedoria sobre a biodiversidade, uma sabedoria tradicional, que é um processo vivo e sempre em processo”. E contra toda forma de biopirataria, a Igreja deve “ajudar a preservar e manter estes conhecimentos, bem como as inovações e práticas das populações” (n. 76). Neste particular, é importante a Igreja “criar ministérios para o cuidado da casa comum na Amazônia”, junto às comunidades indígenas (n. 79).

Implementar novos modelos de desenvolvimento

- A Igreja precisa contribuir para o reconhecimento do “papel central do bioma amazônico para o equilíbrio do clima do planeta” e “animar a comunidade internacional a dispor de

novos recursos econômicos para sua proteção e a promoção de um modelo de desenvolvimento justo e solidário”. Neste processo, deve haver “*o protagonismo e a participação direta das comunidades locais e dos povos originários* em todas as fases, desde o planejamento até sua implementação” (n. 68).

- Para isso, todos, também a Igreja, precisa “*desaprender, aprender e reaprender, a fim de superar qualquer tendência a modelos colonizadores que tem causado danos no passado*”. Infelizmente, o neocolonialismo está “está presente em nossas decisões cotidianas e no modelo de desenvolvimento predominante, que se expressa no crescente modelo agrícola de monocultura”, nos meios de transporte e no modelo de bem-estar a partir do consumo, com implicações diretas e indiretas na Amazônia (n. 81).

- É urgente “adotar hábitos responsáveis, que respeitem e valorizem os povos da Amazônia, suas tradições e sabedoria, protegendo a natureza e mudando nossa cultura de consumo excessivo, a produção de resíduos sólidos, estimulando o reaproveitamento e a reciclagem”. (n. 84).

- Como forma de reparar a dívida ecológica que os países têm para com a Amazônia, o Sínodo propõe “a criação de um fundo mundial para cobrir parte dos custos das comunidades presentes na Amazônia”, na promoção de um “desenvolvimento integral e autossustentável”, protegendo-as “da aversez predatória na extração de seus recursos naturais, através de empresas nacionais e multinacionais” (n. 83).

7. Novos caminhos de conversão sinodal. O *modus vivendi et operandi* da Igreja na Amazônia (Cap. V)

- O Sínodo da Amazônia faz da sinodalidade o *modus vivendi et operandi* da Igreja na Amazônia. Por sua natureza, a Igreja, “enquanto Povo de Deus sob o dinamismo do Espírito”, é sinodal - “comunhão e participação, especialmente na ministerialidade e na sacramentalidade”. A sinodalidade “é uma dimensão constitutiva da Igreja” e, portanto, não se pode ser Igreja “sem reconhecer um efetivo exercício do *sensus fidei* de todo o Povo de Deus” (n. 88).

- Uma conversão sinodal clama por uma melhor integração da vida consagrada, dos leigos, em especial das mulheres (n.86), capaz de superar “o clericalismo e imposições arbitrárias”, ainda tão presentes na Igreja. Só o fortalecimento de “uma cultura de diálogo, de escuta recíproca, de discernimento espiritual, de consenso e comunhão”, pode “criar espaços e caminhos de decisão conjunta e responder aos desafios pastorais” (n. 88).

Sinodalidade de todo o Povo de Deus

- A sinodalidade, enquanto “caminhar juntos”, é a marca da Igreja nascente e antiga, ainda que gradativamente enfraquecida através dos séculos. O Concílio Vaticano II a resgatou, situando-a no seio de todo o Povo de Deus, como expressão da “igualdade e dignidade comum diante da diversidade de ministérios, carismas e serviços” (n. 87).

- Ela indica “o modo específico de viver e agir de todos os batizados”, “que manifesta e realiza de maneira concreta a Igreja como comunhão, no caminhar juntos, no reunir-se em assembleia e na participação ativa de todos os seus membros em sua ação evangelizadora”. Do batismo emana uma “corresponsabilidade e participação de todo o povo de Deus na vida e missão da Igreja” (n. 87).

- O exercício da sinodalidade implica *descentralização* ou desconcentração do poder, no respeito “aos processos locais, sem enfraquecer o vínculo com as outras Igrejas irmãs e com a Igreja universal”. Estruturas de comunhão como *assembleias e conselhos*, “estabelecem uma sincronia entre a comunhão e a participação, entre a corresponsabilidade e a ministerialidade de todos”, possibilitando “a participação efetiva dos leigos no discernimento e na tomada de decisões”, incluída “a participação das mulheres” (n. 92).

Sinodalidade através de uma Igreja toda ela ministerial

- A Igreja na Amazônia, em vista de uma sociedade justa e solidária no cuidado da "casa comum", quer fazer dos leigos e leigas atores privilegiados. Sua atuação tem sido e é vital, tanto na coordenação das comunidades eclesiais, no exercício dos ministérios, como em seu compromisso profético em um mundo inclusivo para todos, que tem em seus mártires um testemunho que nos interpela (n. 93).
- Para a efetivação da sinodalidade da Igreja, é urgente na Amazônia a criação e instituição de *ministérios para homens e mulheres de maneira equitativa*. Também dos leigos em relação ao clero, como por exemplo, “diante da ausência de presbíteros nas comunidades, o Bispo confiar o exercício da sua solicitude pastoral a uma pessoa não ordenada, membro da comunidade” (96).
- A vida consagrada pode também contribuir para uma Igreja sinodal, através de uma presença inter-congregacional e interinstitucional “em comunidades onde ninguém quer estar e com quem ninguém quer estar, aprendendo e respeitando a cultura e as línguas indígenas para chegar ao coração dos povos” (n. 97).
- Fundamental para o exercício da sinodalidade na Igreja na Amazônia é "alargar os espaços para uma presença feminina mais incisiva", por meio de uma reconhecida “participação ativa na comunidade eclesial” (n. 99). Na Amazônia, dado que a maioria das comunidades católicas é liderada por mulheres, seja criado o ministério instituído da *"mulher dirigente da comunidade"* (n. 102). Fica pendente a ordenação ao diaconato, pedido insistente das comunidades no processo de escuta e também muito presente no Sínodo, esperando que se continue a estudar a possibilidade de sua implantação (n. 103).

Sinodalidade nos ministérios ordenados

- O diaconato permanente de homens casados, restaurado pelo Vaticano II, é uma realidade na Amazônia, onde “deve também dar atenção à ecologia integral, ao desenvolvimento humano, à pastoral social, ao serviço dos que se encontram em situação de vulnerabilidade e pobreza (n. 104). Já o presbiterato é escandalosamente escasso na região, comprometendo o direito das comunidades eclesiais terem acesso à eucaristia e outros sacramentos. Por isso, se pede “para *ordenar presbíteros*, homens idôneos e reconhecidos pela comunidade, que tenham um diaconato permanente fecundo e recebam uma formação adequada, *podendo ter uma família legitimamente constituída e estável*” (n. 111).

Organismos para o exercício da sinodalidade na Amazônia

- Na Amazônia, “é necessário articular espaços sinodais e gerar redes de apoio solidário”, superando “as fronteiras que a geografia impõe e construir pontes que unam”. Importante é a criação de “um fundo amazônico de apoio à evangelização”, bem como o apoio das agências de cooperação católica internacional às atividades de evangelização, para além dos projetos sociais (n. 112). Também se faz necessária “a criação de uma *Universidade Católica Amazônica*, com programas de estudos ambientais (conhecimento teórico baseado na sabedoria dos povos que vivem na região amazônica) e estudos étnicos (descrição das diferentes línguas, etc.)” (n. 114).
- É uma necessidade a criação de “um *organismo episcopal* que promova a sinodalidade entre as Igrejas da região, que ajude a plasmar o rosto amazônico desta Igreja e que continue a tarefa de encontrar novos caminhos para a missão evangelizadora, incorporando especialmente a proposta da ecologia integral, fortalecendo assim a fisionomia da Igreja Amazônica (n. 115).
- Que “o novo organismo da Igreja na Amazônia constitua uma comissão competente para estudar e dialogar, segundo os usos e costumes dos povos ancestrais, a criação de um *rito amazônico*, que exprima o patrimônio litúrgico, teológico, disciplinar e espiritual da Amazônia” (n. 119).